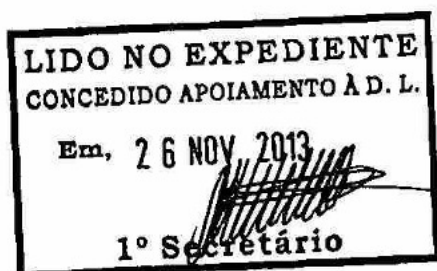




## PROJETO DE LEI Nº 680 /2013



Revoga as Leis nº 11.126/1995, nº  
11.158/1995, nº 11.190/1995, nº  
12.251/1998, nº 12.274/1998, nº  
12.284/1998, nº 12.286/1998, nº  
12.299/1998, nº 12.367/1998, nº  
12.431/1999, nº 12.483/1999, nº  
12.498/1999, nº 12.582/1999, nº  
12.634/1999, nº 12.692/1999.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 11.126, de 5 de julho de 1995; nº 11.158, de 25 de julho de 1995; nº 11.190, de 13 de novembro de 1995; nº 12.251, de 31 de julho de 1998; nº 12.274, de 18 de agosto de 1998; nº 12.284, de 18 de agosto de 1998; nº 12.286, de 18 de agosto de 1998; nº 12.299, de 19 de agosto de 1998; nº 12.367, de 23 de dezembro de 1998; nº 12.431, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.483, de 20 de janeiro de 1999; nº 12.498, de 22 de janeiro de 1999; nº 12.582, de 8 de junho de 1999; nº 12.634, de 12 de julho de 1999; nº 12.692, de 29 de outubro de 1999.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.


Deputado CAÍTO QUINTANA  
PRESIDENTE

Deputado PEDRO LUPION  
RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 680/2013**

**Projeto de Lei nº. 680/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 11.126/1995, 11.158/1995, 11.190/1995, 12.251/1998, 12.274/1998, 12.284/1998, 12.286/1998, 12.299/1998, 12.367/1998, 12.431/199, 12.483/1999, 12.498/1999, 12.582/1999, 12.634/1999 e 12.692/1999.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 11.126/1995, 11.158/1995, 11.190/1995, 12.251/1998, 12.274/1998, 12.284/1998, 12.286/1998, 12.299/1998, 12.367/1998, 12.431/199, 12.483/1999, 12.498/1999, 12.582/1999, 12.634/1999 E 12.692/1999 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA - ENTIDADES JÁ EXTINTAS - POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 11.126/1995. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores de Vila Sibisa, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 1.158/1995. Súmula:** Declara de utilidade pública estadual a Associação de Moradores Jardim Belo Horizonte, Fazendinha, com sede e foro no Município de Curitiba- Pr.

**Lei 11.190/1995. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Doutor Camargo- Pr, com sede e foro no município de Doutor Camargo.

**Lei 12.251/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Diretores de Escolas Públicas de Educação de Jovens e Adultos da rede Estadual do Polo Curitiba- ADEJA, com sede e for nesta Capital.

**Lei 12.274/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o Centro de Auxílio à Vida São Gabriel, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.284/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Talita, com sede e foro na cidade Pinhais.

**Lei 12.286/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Conjunto Primavera, com sede e foro no município de Luiziana.

**Lei 12.299/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o Instituto de Ecologia e Biodiversidade do Brasil- IEBI, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.367/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a entidade denominada Bom Samaritano, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.431/199. Súmula:** Declara de utilidade pública o Recanto Shalon, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

**Lei 12.483/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres do Centro de Educação Pré-Escolar Padre José de Anchieta, com sede e foro nesta Capital.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 12.498/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do jardim Alto Tarumã e Jardim D. Joaquina II, com sede no município de Pinhais e foro no município de Piraquara.

**Lei 12.582/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública, o Conselho Comunitário de Segurança Pública do Município de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

**Lei 12.634/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, com sede e foro no Município de Quedas do Iguaçu.

**Lei 12.692/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública o Centro de Atendimento Familiar Santa Rita, com sede e foro nesta Capital.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**

**IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

**Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.**

**Parágrafo único.** Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

**Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.**

Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



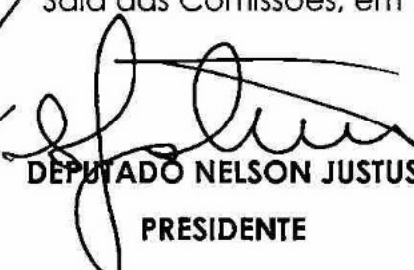
relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 16 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

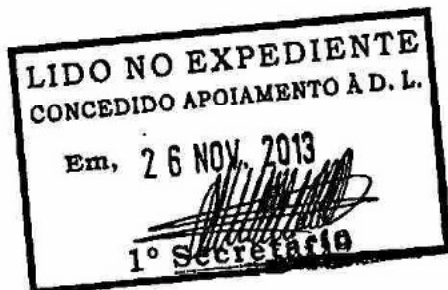
  
  
  
  
  
  
  
~~Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba~~

**APROVADO**

**16/12/13**



## PROJETO DE LEI Nº 684/2013



Revoga as Leis nº 11.082/1995, nº  
12.246/1998, nº 12.334/1998, nº  
12.374/1998, nº 12.409/1998, nº  
12.451/1999, nº 12.925/2000, nº  
13.157/2001, nº 14.637/2005, nº  
14.669/2005, nº 14.724/2005, nº  
14.884/2005, nº 14.912/2005, nº  
14.949/2005, nº 14.950/2005.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 11.082, de 24 de abril de 1995; nº 12.246, de 31 de julho de 1998; nº 12.334, de 24 de setembro de 1998; nº 12.374, de 23 de dezembro de 1998; nº 12.409, de 30 de dezembro de 1998; nº 12.451, de 13 de janeiro de 1999; nº 12.925, de 29 de agosto de 2000; nº 13.157, de 23 de maio de 2001; nº 14.637, de 13 de janeiro de 2005; nº 14.669, de 1º de março de 2005; nº 14.724, de 6 de junho de 2005; nº 14.884, de 27 de outubro de 2005; nº 14.912, de 21 de novembro de 2005; nº 14.949, de 14 de dezembro de 2005; nº 14.950, de 14 de dezembro de 2005.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013

Deputado **CAITO QUINTANA**

PRESIDENTE

Deputado **PEDRO LUPION**

RELATOR



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 681/2013**

**Projeto de Lei nº. 681/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 11.082/1995, 12.246/1998, 12.334/1998, 12.374/1998, 12.409/1998, 12.451/1999, 12.925/2000, 13.157/2001, 14.637/2005, 14.669/2005, 14.724/2005, 14.884/2005, 14.912/2005, 14.949/2005 e 14.950/2005.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 11.082/1995, 12.246/1998, 12.334/1998, 12.374/1998, 12.409/1998, 12.451/1999, 12.925/2000, 13.157/2001, 14.637/2005, 14.669/2005, 14.724/2005, 14.884/2005, 14.912/2005, 14.949/2005 E 14.950/2005 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 11.082/ 1995. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Fundação Hospitalar do Trabalhador Rural de Ubatã, com sede e foro na Comarca de Ubatã, Estado do Paraná.

**Lei 12.246/ 1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Rondon, com sede e foro no município de Rondon.

**Lei 12.334/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública a Pastoral da Criança e da Saúde, com sede e foro na cidade de Vera Cruz do Oeste-Pr.

**Lei 12.374/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o Canal da Música, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.409/1998. Súmula:** Declara de utilidade pública o Paraná Vôlei Clube, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 12.451/1999. Súmula:** Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores da Água do Pari - AMAPAR", com sede e foro na cidade de Jataizinho.

**Lei 12.925/2000. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Beneficente de Guairaçá, com sede no município de Guairaçá e foro no município de Paranavaí.

**Lei 13.157/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública o "Conselho de Amigos e Colaboradores do Centro Social Urbano Educacional Dr. Walter Fonatana", com sede e foro no município de Toledo.

**Lei 14.637/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública a Fundação Quadrangular Família Feliz, com sede e foro no Município de Maringá.

**Lei 14.669/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Clube de Mães "Santo Antonio", de Linha Ocoy Federal, com sede e foro no Município de Medianeira/PR.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 14.724/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Diabéticos de Irati, com sede e foro no município de Irati.

**Lei 14.884/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Maringaense de Medicina e Ensino – AME, com sede e foro no município de Maringá.

**Lei 14.912/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Profissional dos Artesãos Autônomos de Londrina, com e foro no município de Londrina.

**Lei 14.949/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública o Programa do Voluntariado Paranaense de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí.

**Lei 14.950/2005. Súmula:** Declara de utilidade pública o PROGESI – Projeto de Gestante e Infância, com sede e foro nesta Capital.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A Iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*




Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.






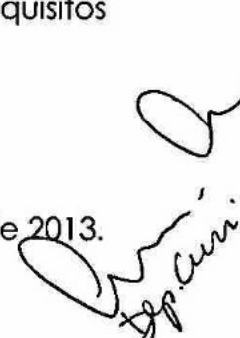

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

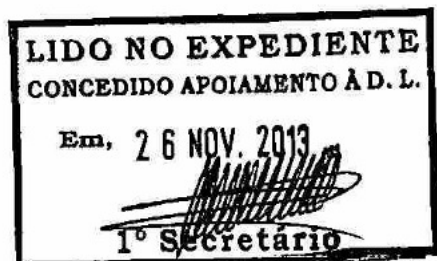
  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
  
  
  
**Praça Nossa Senhora da Saleté/s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná**

**APROVADO**  
**11.12.13**



## PROJETO DE LEI Nº 682/2013



Revoga as Leis nº 6.693/1975, nº  
7.063/1978, nº 7.130/1979, nº  
12.990/2000, nº 13.010/2000, nº  
13.201/2001, nº 13.320/2001, nº  
13.642/2002, nº 13.783/2002, nº  
13.784/2002, nº 13.878/2002, nº  
14.081/2003, nº 14.113/2003, nº  
14.173/2003, nº 14.341/2004.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 6.693, de 17 de julho de 1975; nº 7.063, de 5 de dezembro de 1978; nº 7.130, de 2 de maio de 1979; nº 12.990, de 24 de novembro de 2000; nº 13.010, de 11 de dezembro de 2000; nº 13.201, de 27 de junho de 2001; nº 13.320, de 13 de novembro de 2001; nº 13.642, de 25 de junho de 2002; nº 13.783, de 10 de setembro de 2002; nº 13.784, de 10 de setembro de 2002; nº 13.878, de 25 de novembro de 2002; nº 14.081, de 11 de julho de 2003; nº 14.113, de 15 de setembro de 2003; nº 14.173, de 5 de novembro de 2003; nº 14.341, de 16 de fevereiro de 2004.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado **CARLO QUINTANA**

**PRESIDENTE**

Deputado **PEDRO LUPION**

**RELATOR**



**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
*Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública*



  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à inaptidão prevista no artigo 54 da Lei Federal nº 11.941/2009.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 682/2013**

**Projeto de Lei nº. 682/2013**

**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 6.693/1975, 7.063/1978, 7.130/1979, 12.990/2000, 13.201/2001, 13.320/2001, 13.642/2002, 13.783/2002, 13.784/2002, 13.878/2002, 14.081/2003, 14.113/2003, 14.173/2003 e 14.341/2004.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 6.693/1975, 7.063/1978, 7.130/1979, 12.990/2000, 13.201/2001, 13.320/2001, 13.642/2002, 13.783/2002, 13.784/2002, 13.878/2002, 14.081/2003, 14.113/2003, 14.173/2003 E 14.341/2004 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**Lei 6.693/1975. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o CENTRO SOCIAL SÃO JOÃO BATISTA, com sede e foro na cidade de Bocaiuva do Sul.

**Lei 7.063/1978. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a CASA DO MENOR PARAPLÉGICO-LARZINHO, com sede e foro na cidade de Jacarezinho.

**Lei 7.130/1979. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS - S.O.S., entidade filantrópica, com sede e foro na cidade de Cascavel.

**Lei 12.990/2000. Súmula:** Declara de utilidade pública o Clube de Canoagem de Cascavel, com sede e foro no município de Cascavel.

**Lei 13.010/2000. Súmula:** Declara de utilidade pública o PROVOVAR - Programa do Voluntariado Paranaense, com sede e foro no município de Apucarana.

**Lei 13.201/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Portadores de Hepatite C do Estado do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 13.320/2001. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos dos Jardins Cezar Augusto e João Paulo II, com sede e foro no município de Colombo.

**Lei 13.642/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Social Obra Missionária - Os Atalaías Missionários da Última Hora - OMAMUH, com sede e foro no município de São José dos Pinhais.

**Lei 13.783/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Caridade do Espírito Santo de Laranjal, com sede no município de Laranjal e foro no município de Palmital.

**Lei 13.784/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Cristã El-SHADDAY, com sede e foro nesta Capital.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 13.878/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Comunidade de Butiatuvinha – Contorno Norte, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 14.081/2003. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Rotarianos de Carlópolis, com sede e foro no município de Carlópolis.

**Lei 14.113/2003. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Núcleo Habitacional Jamil Assad Jamus – AMOJA, com sede no município de Mauá da Serra e foro no município de Marilândia do Sul.

**Lei 14.173/2003. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação dos Adquirentes de Imóveis Financiados – ASSAIF, com sede e foro nesta Capital.

**Lei 14.341/2004. Súmula:** Altera a redação do art. 1º, da Lei 10.346, de 06 de julho de 1993, declarou de utilidade pública a Associação de Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro, com sede e foro nesta Capital.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições que disponham sobre:

g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

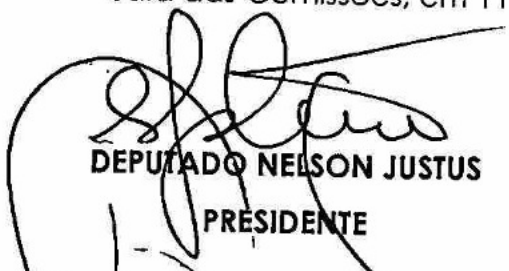
Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.



**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA  
RELATOR

  
  
Praça Nossa Senhora da Salete s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

  
  
APROVADO

11.12.13

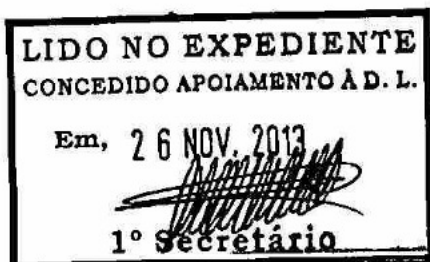


# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



## PROJETO DE LEI Nº 683/2013



Revoga as Leis nº 5.766/1968, nº  
6.747/1975, nº 6.948/1977, nº  
7.542/1981, nº 8.059/1984, nº  
8.339/1986, nº 8.510/1987, nº  
8.754/1988, nº 13.592/2002, nº  
13.598/2002, nº 13.652/2002, nº  
13.764/2002, nº 15.105/2006, nº  
16.154/2009, nº 16.588/2010.

**Art. 1º** Ficam revogadas as Leis nº 5.766, de 6 de maio de 1968; nº 6.747, de 16 de dezembro de 1975; nº 6.948, de 18 de novembro de 1977; nº 7.542, de 8 de dezembro de 1981; nº 8.059, de 26 de dezembro de 1984; nº 8.339, de 11 de julho de 1986; nº 8.510, de 30 de junho de 1987; nº 8.754, de 22 de abril de 1988; nº 13.592, de 29 de maio de 2002; nº 13.598, de 29 de maio de 2002; nº 13.652, de 25 de junho de 2002; nº 13.764, de 10 de setembro de 2002; nº 15.105, de 8 de maio de 2006; nº 16.154, de 6 de julho de 2009; nº 16.588, de 5 de outubro de 2010.

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.

Deputado CAITO QUINTANA  
PRESIDENTE

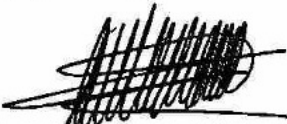
Deputado PEDRO LUPION  
RELATOR





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Comissão Especial constituída pelo Ato do Presidente n 19/2013,  
para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de utilidade pública



  
Deputada **CANTORA MARA LIMA**

MEMBRO

  
Deputado **TADEU VENERI**

MEMBRO

  
Deputado **TERCÍLIO TURINI**

MEMBRO

Deputado **ANDRE BUENO**

MEMBRO

Deputado **ANIBELLI NETO**

MEMBRO

**JUSTIFICATIVA**

Trata-se de revogação de Leis outorgando o Título de Utilidade Pública a entidades que não desenvolvem mais suas atividades, estando, inclusive, baixadas perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica da Receita Federal, devido à extinção por encerramento e liquidação voluntária.

Assim, e diante da necessidade de revogação das Leis pelos motivos acima expostos, contamos com o apoio dos nobres para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2013.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 683/2013**

**Projeto de Lei nº. 683/2013**

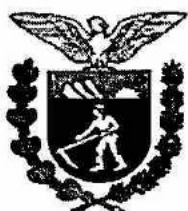
**Autores: Deputados Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini.**

**Súmula:** Revoga as Leis nº 5.766/1968, 6.747/1975, 6.948/1977, 7.542/1981, 8.059/1984, 8.339/1986, 8.510/1987, 8.754/1988, 13.592/2002, 13.598/2002, 13.652/2002, 13.764/2002, 15.105/2006, 16.154/2009 e 16.588/2010.

**EMENTA: REVOGAÇÃO DAS LEIS Nº 5.766/1968, 6.747/1975, 6.948/1977, 7.542/1981, 8.059/1984, 8.339/1986, 8.510/1987, 8.754/1988, 13.592/2002, 13.598/2002, 13.652/2002, 13.764/2002, 15.105/2006, 16.154/2009 E 16.588/2010 QUE OUTORGAM O TÍTULO DE UTILIDADE PÚBLICA – ENTIDADES JÁ EXTINTAS – POSSIBILIDADE DE REVOGAÇÃO - REQUISITOS PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Estaduais Caíto Quintana, Tadeu Veneri, Pedro Lupion, Cantora Mara Lima e Tercílio Turini, tem por objetivo revogar as Leis:



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 5.766/1968. Súmula:** Considera como de utilidade pública o Centro Social de São Paulo da Cruz, com sede nesta Capital

**Lei 6.747/1975. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a AÇÃO COMUNITÁRIA FREDERICO OZANAM DE SÃO VICENTE DE PAULA, com sede nesta Capital.

**Lei 6.948/1977. Súmula:** Declara de Utilidade Pública o CONSELHO MARINGAENSE DE ASSISTÊNCIA À MULHER, com sede e foro na cidade de Maringá.

**Lei 7.542/1981. Súmula:** Declara de Utilidade Pública a Creche "ANA LOPO CANET", com sede e foro na cidade de Congonhinhas.

**Lei 8.059/1984. Súmula:** Declara de utilidade pública a "FUNDAÇÃO SANTO ANTÔNIO", com sede e foro na cidade de Campo Largo.

**Lei 8.339/1986. Súmula:** Declara de utilidade pública o CENTRO SOCIAL URBANO SEMIRAMES BARROS BRAGA, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon.

**Lei 8.510/1987. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Educandos, Pais e Educadores, A.C.E.P.E., com sede e foro nesta Capital

**Lei 8.754/1988. Súmula:** Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA DE ASSISTÊNCIA À CRIANÇA DESAMPARADA, do Município de Mandaguari.

**Lei 13.592/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública o Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS, com sede e foro no município de Paranaguá.

**Lei 13.598/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Modelo de Orientação à Adolescente – Casa Marelise Cristina Borges – AMOA, com sede e foro nesta Capital.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



**Lei 13.652/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Voluntários Semeadores, com sede e foro no município da Lapa.

**Lei 13.764/2002. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Casinha Feliz, com sede no município de Janiópolis e foro no município de Campo Mourão.

**Lei 15.105/2006. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Defesa Ambiental, Terra Água e Vida, com sede e foro no Município de Terra Roxa.

**Lei 16.154/2009. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Esportes e Lazer Cachoeira da Saudade – ACELCAS, com sede no Município de Roncador e foro no Município de Iretama.

**Lei 16.588/2010. Súmula:** Declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Aluguel de Santa Helena – AMASH, com sede e foro no Município de Santa Helena.

Estas Leis concederam o título de utilidade pública a entidades que atualmente não desempenham mais suas atividades, ou seja, estão extintas.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

Inicialmente, cumpre salientar que compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, IV, g do **REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ**, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada quanto a declaração de Utilidade Pública de Associações, senão vejamos:

**Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:**



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

IV - Manifestar-se quanto ao mérito de proposições  
que disponham sobre:  
g) declaração de utilidade pública de entidades civis.

Ademais, verifica-se que os nobres deputados detêm a competência necessária para apresentar o projeto de lei ora em tela, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 - A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.

Corroborando deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, observe-se:

Art. 65 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*



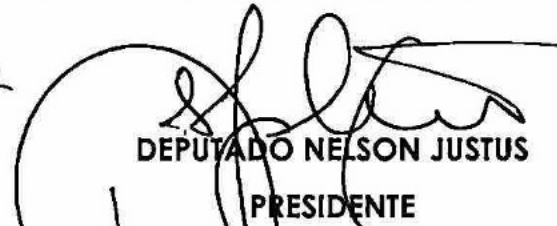
Conforme o Artigo 3º, da Lei nº 16.888/2011, as entidades que pleiteiam a declaração de utilidade pública deverão apresentar relatórios consubstanciados das atividades que realizaram no último ano que antecede a data do pedido perante a Assembleia Legislativa, com assinaturas dos membros da diretoria.

Portanto, conforme dispositivo acima citado, as referidas entidades não possuem mais os requisitos elencados na legislação em vigor, sendo assim, necessária se faz a revogação das respectivas leis que concederam o título de utilidade pública às mesmas.



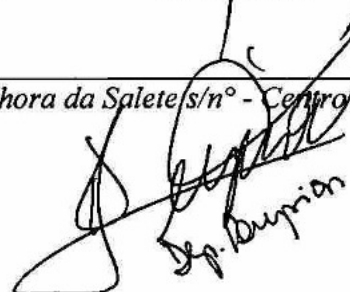

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 11 de dezembro de 2013.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACCA**  
**RELATOR**

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná

**APROVADO**

11.12.13





**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
Diretoria Legislativa – Coordenadoria de Apoio às Comissões



PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 33/13

**LIDO NO EXPEDIENTE**  
**CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.**

Em, 18 DEZ, 2013

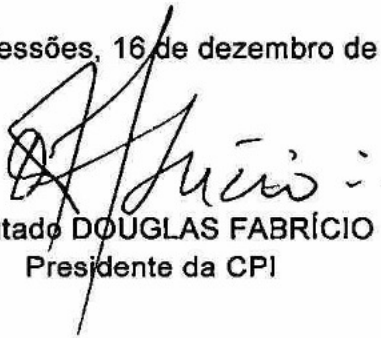
1º Secretário


Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis irregularidades dos grandes devedores de tributos ao Estado do Paraná.

Art. 1º Aprova o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis irregularidades dos grandes devedores de tributos ao Estado do Paraná, constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2012, publicado no Diário Oficial da Assembleia nº 318, de 6 de novembro de 2012, suas conclusões e encaminhamentos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 16 de dezembro de 2013.

  
Deputado DOUGLAS FABRÍCIO  
Presidente da CPI

  
Deputado PASTOR EDSON PRACZYK  
Relator da CPI



**JUSTIFICATIVA**

A presente Proposição tem por objetivo dar cumprimento ao inciso I do art. 38, do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa ao apresentar, para ser apreciado e votado pelos nobres Parlamentares, o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar a situação e possíveis irregularidades dos grandes devedores de tributos ao Estado do Paraná.

A referida CPI foi proposta por Requerimento do Deputado Reni Pereira, protocolado sob o nº 679/11, de 1º/3/11 e constituída pelo Ato do Presidente nº 17/2012, publicado no Diário da Assembleia nº 318, de 6/11/12.

## RELATÓRIO FINAL DA CPI DOS GRANDES DEVEDORES

### 1) APRESENTAÇÃO E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

A CPI das Irregularidades de Tributos - Grandes Devedores, proposta pelo Deputado Reni Pereira, foi constituída pelo Ato do Presidente nº 17/12, publicado no diário DIOA 318, de 06 de novembro de 2012 e objetivou averiguar a situação e possíveis irregularidades dos grandes devedores de tributos ao Estado do Paraná, sendo composta pelos membros abaixo: Presidente: Douglas Fabrício, suplente: Dr. Batista; Relator: Pr. Edson Praczyk, suplente: Tercilio Turini; Membro: Alexandre Curi, suplente: Ademir Bier; Membro: Caio Quintana, suplente: Nereu Moura; Membro: Francisco Bühner, suplente: Bernardo Carli; Membro: Tadeu Venerli, suplente: Enio Verril; Membro: Wilson Quinteiro, suplente: Herma Brandão Jr.

### 2) DOS OBJETIVOS:

Verificação/identificação dos valores devidos aos cofres públicos no que tange aos impostos e multas não recolhidos que originou os grandes débitos junto ao Estado do Paraná, bem como quanto à lisura e eficácia dos procedimentos administrativos e judiciais adotados pelos órgãos de arrecadação e controle.

### 3) DO RESUMOS DAS REUNIÕES:

No dia 04/12/12, a Comissão reuniu seus membros na Sala de Reuniões do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, nessa reunião, o Presidente da CPI, Excelentíssimo Senhor Deputado Douglas Fabrício, ressaltou ser imprescindível para concretude dos objetivos da CPI.

Conforme já mencionado no relatório parcial protocolado nesta Casa de Leis em 10/04/13, vale ressaltar que o relator da CPI, Deputado Reni Pereira, bem como os Deputados Cesar Silvestri e Marcelo Rangel, integrantes da Comissão, renunciaram ao mandato de Deputado Estadual para assumirem aos cargos de prefeito municipal. Desta feita, os trabalhos da CPI foram prejudicados, sendo necessária a solicitação de prorrogação do prazo de conclusão de seus trabalhos.

Para o bom andamento dos trabalhos, foi aprovada a quebra de sigilo fiscal dos 100 (cem) maiores devedores do Estado do Paraná e, para tanto, foi enviado ofício à Procuradoria Geral do Estado, para que esta informasse a origem, situação dos débitos e medidas tomadas visando à cobrança de tais débitos, além de informar acerca da política fiscal e benefícios fiscais supostamente concedidos às empresas naquela situação.

A Secretaria de Estado da Fazenda e a Procuradoria do Estado do Paraná responderam às questões supracitadas, em volumosos documentos e que foram cuidadosamente analisadas por essa CPI.

Esclarecido esse ponto, passamos a relatar a respeito das possíveis soluções trazidas pelo procurador Júlio Zen, que em suma afirmou que a procuradoria conta hoje com 290 procuradores em todo o Estado e que ainda não há um quadro de apoio, motivo pelo qual, perde-se um tempo significativo com trabalhos não ligados diretamente ao de um procurador, isto é, certamente se houver a criação do quadro de apoio na Procuradoria do Estado os procuradores ficarão muito mais focados nas recuperações desses créditos e por fim, esclareceu que já está em fase final de implementação do projeto de protesto das certidões de dívida ativa o que certamente alavancará a arrecadação do Estado.

Ressalta-se que no dia 09/04/13 os membros desta CPI reuniram-se e, após discussão, o presidente desta Comissão designou o Deputado Pastor Edson Praczyk à relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito das Irregularidades de Tributos, tendo sido aprovado com base no art. 36, §3º do Regimento Interno desta Casa.

Já no dia 29/04/13 a Comissão decidiu, diante da análise dos documentos remetidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, pela Procuradoria Geral do Estado, o Presidente informou que era imprescindível a oitiva do responsável pela Coordenação de Receita do Estado, do Presidente da Câmara de Conciliação de Precatórios, e do Procurador Geral do Estado, tendo sido aprovada as respectivas convocações. Ademais foi aprovada, em regime de urgência, a expedição de requerimento à Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná para que esta informasse a relação das empresas que estão albergadas em algum programa de parcelamento fiscal, anistia ou assemelhado que induza a suspensão de suas obrigações tributárias, daquelas dentre os 100 (cem) maiores devedores do Estado do Paraná, discriminando tudo a respeito das dívidas.

Em 08/05/13 foi aprovada a expedição de ofício à Secretaria de Estado da Fazenda para que informasse a relação das empresas devedoras em razão do processo de saneamento e privatização do Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado, geridas pela Fomento Paraná, discriminando pormenorizadamente qual o valor da dívida e a relação atualizada dos 100 (cem) maiores devedores do Estado do Paraná, apontando todas as informações necessárias.

Nessa mesma linha de investigação a Comissão em 22/05/13, ouviu vários empresários em situação de débitos; alguns apresentaram documentos, mostrando a regularidade dentro das novas leis e regras da Secretaria da Fazenda, outros disseram que, infelizmente, após avaliações, não puderam aderir ao último Refis (Programa de Recuperação Fiscal), pois não teriam condições de arcar com o compromisso.

Com fulcro no que dispõe o art. 58 da Constituição Federal e o art. 62 da Constituição do Estado do Paraná, no dia 14/05/13 os membros da Comissão decidiram, por unanimidade, o envio da intimação para depoimento dos representantes das empresas.

Em 04/06/13, já no início da reunião, o Presidente da CPI, Deputado Douglas Fabrício ressaltou que o objetivo principal da referida CPI era de ouvir as partes tanto do Governo quanto dos empresários para ver de que forma a Comissão poderia ajudar. Foram ouvidos vários empresários que apresentaram formalmente suas defesas e argumentos quanto ao tema, inclusive alguns desses empresários ressaltaram que grande parte da dívida é composta de valores referente às multas e juros que ao longo do tempo foram aumentando gradativamente, sendo hoje muito difícil de serem quitadas em sua integralidade.

### 4) DAS SUGESTÕES:

Em todas as reuniões foi ressaltado, aos participantes, depoentes e procuradores, a possibilidade de oferecerem sugestões para resolver o problema, seja através de projetos de lei, ações na Assembleia, audiências públicas ou mesmo cobrar do Governo para uma possível alteração na legislação vigente a fim de favorecer a questão na área empresarial que certamente ajudará no desenvolvimento do Estado.

a) O Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alexandre Curi, em 11 de junho de 2013, sugeriu a liberação/desbloqueio dos bens daquelas empresas que já aderiram ao parcelamento dos débitos, inclusive, estão pagando as parcelas regularmente, sendo assim, sugeriu ainda, o envio de pedido ao Procurador-Geral do Estado para que adote tal procedimento;

b) O procurador Júlio Zen, que em suma afirmou que a procuradoria conta hoje com 290 procuradores em todo o Estado e que é necessário a criação de quadro de apoio na Procuradoria do Estado;

d) Após a oitiva do Coordenador da Receita Estadual em exercício, Sr. Leonildo Prati, e da Inspectora Geral de Arrecadação, Suzane Gambetta Dobijenski, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Douglas Fabrício, Presidente desta Comissão, sugeriu a proposição, por parte do Governo do Estado, de projeto de Lei criando a figura do devedor contumaz, instituindo o Regime Especial de Fiscalização para o contribuinte considerado "devedor contumaz", e impondo algumas medidas com relação aos devedores contumazes, tais como: inclusão de nome no Serasa e ações cautelares fiscais em conjunto com a Procuradoria Geral do Estado (PGE) para penhora de bens. Pela sugestão, serão considerados devedores contumazes os seguintes contribuintes:

A) não recolher os débitos declarados em oito das últimas 12 guias (GIAS) mensais;  
B) com dívidas de ICMS em valor superior a R\$ 500 mil e imposto não declarado em oito dos últimos 12 meses apurados, considerados todos os estabelecimentos da empresa;  
C) com dívidas de ICMS em valor que ultrapasse 30% do seu patrimônio conhecido, ou 25% do faturamento anual.

Ainda, a Lei contra os devedores contumazes deveria ser proposta nos moldes do que dispõe a Lei 13.711/2011 e do Decreto 48.494/2011 do Rio Grande do Sul e tendo como destinatário, preferencialmente, os estabelecimentos do setor de Combustíveis, tendo em vista que, diante da análise dos maiores vultos oriundos de dívidas de ICMS, constatou-se que as empresas deste Setor são as que possuem maior débito em face da Fazenda.

D) Que a Secretaria da Fazenda inicie estudos para a proposição de novo REFIS, com as seguintes condições:

- parcela de pagamento com base no faturamento da empresa, e não no valor da dívida;
- maior prazo para pagamento da dívida; e
- possibilidade de aglutinar os honorários no valor da dívida, tendo em vista que diversas empresas não puderam entrar no parcelamento por conta do alto valor para ingressar no REFIS.

### 5) DA CONCLUSÃO:

Com o entendimento de que o sigilo fiscal é um dos direitos tutelados constitucionalmente, por maioria, decidiu-se por não divulgar os nomes das empresas devedoras, bem como, seus proprietários e/ou procuradores.

Ainda, todos os documentos protegidos por qualquer tipo de sigilo ficarão indisponíveis, e somente serão disponibilizados a quem o requer através de ordem judicial.

As investigações não evidenciaram a existência de irregularidades. Contudo, muitos empresários alegaram que não aderiram ao refinanciamento fiscal, ofertado pelo Governo do Estado, por entenderem que não haveria possibilidade financeira de arcarem com tais custos que inclusive poderia agravar ainda mais situação de débitos fiscais.

Há um considerável número de empresários que já aderiram ao refinanciamento fiscal e estão honrando o compromisso, inclusive temos registro (notas taquigráficas) que apontam que tal refinanciamento foi uma proposta muito boa e que está ajudando muitas empresas a recuperarem sua saúde financeira.



Resalta-se que, segundo informações trazidas pelo procurador Julio Zem, já está em fase final a implementação do projeto de protesto das certidões de dívida ativa o que certamente alavancará a arrecadação do Estado.

Verificou-se que todos órgãos de arrecadação e controle do Estado estão tomando as providências cabíveis com o intuito de recuperar os consideráveis valores devidos ao erário.

Curitiba, 05 de novembro de 2013.

DOUGLAS FABRÍCIO  
Presidente

PR. EDSON PRACZYK  
Relator

122154/2013

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1987/2013

Súmula: Determina o reenquadramento da Servidora. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o art. 18 XI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa,

#### CONSIDERANDO:

A manifestação da Procuradoria Geral desse Legislativo no protocolo nº 3856/2013, informação nº 144/2013;

#### RESOLVE:

ART. 1º Anular, por vício de inconstitucionalidade e ilegalidade, o Ato da Comissão Executiva nº 274/2005, na parte em que enquadrava a servidora LUCIMARA BITTENCOURT TORTATO – Matrícula nº 40.377, no cargo de Consultor Administrativo.

ART. 2º Determinar o reenquadramento da servidora LUCIMARA BITTENCOURT TORTATO – matrícula 40.377, no cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-11, em estrita observância ao disposto na Resolução 07/2004 e na lei nº 16.390/2010, com consequente adequação dos vencimentos.

Palácio XIX de Dezembro, em 12 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente  
PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário  
ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1991/2013

Súmula: Determina o reenquadramento da Servidora. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o art. 18 XI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa,

#### CONSIDERANDO:

A manifestação da Procuradoria Geral desse Legislativo no protocolo nº 6967/2013, informação nº 343/2013;

#### RESOLVE:

ART. 1º Anular, por vício de inconstitucionalidade e ilegalidade, o Ato da Comissão Executiva nº 274/2005, na parte em que enquadrava a servidora NELCI DAROS – Matrícula nº 40.561, no cargo de Agente de Saúde.

ART. 2º Determinar o reenquadramento da Servidora NELCI DAROS – Matrícula nº 40.561, no cargo de Digitador, nível NTD-04 em estrita observância ao disposto na Resolução 07/2004 e na lei nº 16.390/2010, com consequente adequação dos vencimentos.

Palácio XIX de Dezembro, em 22 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente  
PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário  
ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 1992/2013

Súmula: Determina o reenquadramento da Servidora. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o art. 18 XI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa,

#### CONSIDERANDO:

A manifestação da Procuradoria Geral desse Legislativo no protocolo nº 3961/2012, informação nº 258/2013;

#### RESOLVE:

ART. 1º Anular, por vício de inconstitucionalidade e ilegalidade, o Ato da Comissão Executiva nº 274/2005, na parte em que enquadrava a servidora ROSELI CONSTANTINO MACHADO SANTANA – Matrícula nº 40.199, no cargo de Assistente Administrativo.

ART. 2º Determinar o reenquadramento da Servidora ROSELI CONSTANTINO MACHADO SANTANA - Matrícula nº 40.199, no cargo de Telefonista, nível NBB-11 em estrita observância ao disposto na Resolução 07/2004 e na lei nº 16.390/2010, com consequente adequação dos vencimentos.

Palácio XIX de Dezembro, em 22 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente  
PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário

ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2043/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais com base no que dispõe a Lei Estadual nº 6.174, art. 247, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 11.559 de 30 de setembro de 2013,

#### RESOLVE:

Retificar, a pedido, o Ato da Comissão Executiva nº 1903/2013 que concede licença especial a MARIA HELENA CARVALHO SAPALA, Matrícula nº 40.143, para substituir o período de usufruto de 20/01/2014 a 20/04/2014, para 06/01/2014 a 06/04/2014.

Palácio XIX de Dezembro, em 27 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente  
PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário  
ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2044/2013

Súmula: Determina o reenquadramento da Servidora. A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e com base no que dispõe o art. 18 XI, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa,

#### CONSIDERANDO:

A manifestação da Procuradoria Geral deste Legislativo no protocolo nº 4176/2011, fls. 57;

#### RESOLVE:

ART. 1º Anular, por vício de inconstitucionalidade e ilegalidade, o Ato da Comissão Executiva nº 274/2005, na parte em que enquadrava a servidora ALBERTINA SANTANA VILLAR SCHUBERT – Matrícula nº 40.953, no cargo de Técnico Administrativo.

ART. 2º Determinar o reenquadramento da servidora ALBERTINA SANTANA VILLAR SCHUBERT – Matrícula nº 40.953, no cargo de Auxiliar Administrativo, nível NBB-02 em estrita observância ao disposto na Resolução 07/2004 e na lei nº 16.390/2010, com consequente adequação dos vencimentos.

Palácio XIX de Dezembro, em 28 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente  
PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário  
ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2045/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, com base no que dispõe as Leis Estaduais nº 16.390, de 2 de fevereiro de 2010, e art. 2º da Lei nº 14.502, de 17 de setembro de 2004, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 13.596, de 21 de novembro de 2013,

#### RESOLVE:

Conceder a ANTONIO CARLOS BARRETO DE SOUZA, Matrícula nº 40.800, servidor estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-11, lotado na ADMINISTRAÇÃO, licença remuneratória para fins de aposentadoria, a partir de 21 de novembro de 2013.

Palácio XIX de Dezembro, em 28 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente  
PLAUTO MIRÓ  
1º Secretário  
ADEMIR BIER  
2º Secretário

#### ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 2046/2013

A Comissão Executiva da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais com base no que dispõe a Lei Estadual nº 6.174, art. 247, de 16 de novembro de 1970, tendo em vista o contido no processo protocolado sob o nº 13.008 de 7 de novembro de 2013,

#### RESOLVE:

Conceder licença especial a EDSON BARON, Matrícula nº 40.959, servidor estável do Quadro de Pessoal desta Assembleia, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, nível NTC-03, lotado na DIRETORIA LEGISLATIVA, 3 (três) meses por não haver se afastado do exercício de suas funções durante o quinquênio compreendido entre 21/12/2002 a 21/12/2007. O usufruto do direito concedido dar-se-á no período de 08/01/2014 a 06/04/2014, com a devida anuência de seu superior.

Palácio XIX de Dezembro, em 28 de novembro de 2013

VALDIR ROSSONI  
Presidente



ser a parte protegida nessa relação. Que a segurança é de responsabilidade da instituição financeira, e que o PROCON está à disposição para colaborar e atuar nesse sentido.

O Sr. Benedito Donizete Pereira, representante do Banco Itaú, afirmou que para o funcionamento de uma agência bancária, é necessário o cumprimento da Legislação Federal e que os investimentos em relação à segurança superam as exigências da legislação. afirmou ainda que a atribuição, somente aos bancos, da responsabilidade de garantir a segurança, é preocupante na medida em que os ataques com explosivos estão migrando para outros setores e, dessa forma, deve se atribuir também às demais instituições. A Presidência registrou as presenças da Dra. Cristina Corso Ruaro e do Dr. Maximiliano Deliberador, ambos representantes do Ministério Público. O Dr. Maximiliano Deliberador registrou que foram realizadas várias reuniões para tratar do tema, e afirmou ser do banco a responsabilidade de oferecer segurança. Questionou se a polícia sabe a localização de todos os caixas eletrônicos. Elencou algumas preocupações, como: realização de estudo para a instalação de caixas eletrônicos em postos de combustíveis, pelo qual se identificaria toda a tubulação de combustível, tendo em vista as 17 explosões ocorridas no ano passado. Defendeu a regulação para manutenção e instalação de caixas eletrônicos, uma vez o Estado tendo esse tipo de controle, também facilitaria a patrulha pela polícia. Com relação à falta de controle dos explosivos, principalmente da forma arcaica do armazenamento e da falta de rastreabilidade, mencionou a regulamentação, por parte do Ministério do Exército, para melhorar a rastreabilidade deste material. Questionou se há interesse, por parte das empresas, em comunicar à polícia o extravio de explosivos. Ressaltou a importância de discutir com órgãos de segurança dos bancos, mas principalmente com os órgãos de segurança do Estado, para definição de critérios na manutenção e instalação de caixas eletrônicos. Ao final, informou sobre o inquérito civil relativo ao tema e que possivelmente haja encaminhamento de projeto à Comissão de Defesa do Consumidor. O Presidente agradeceu a participação. O Coronel Fadel informou que nos anos de 2011 e 2012 houve um aumento superior a 500% de ataques com explosivos. No ano passado, foram 57 ocorrências e 35 nos quatro primeiros meses deste ano. Falou ainda sobre a Portaria do Exército nº 3, de 10 de maio de 2012, aprovando as normas relativas às atividades com explosivos e seus acessórios, com prazo de 180 dias para vigência. Sr. David Camilo, colocou que os bancos estão infringindo os Arts. 63 e 65 do Código de Defesa do Consumidor, que tratam da segurança na prestação de serviços. Ao final, questionou quais os critérios adotados pelos bancos para a instalação de caixas eletrônicos fora das agências e as exigências, por parte das agências, dos estabelecimentos que abrigam esses caixas. A Presidência solicitou ao Dr. Maximiliano Deliberador que coordenasse um grupo de trabalho objetivando buscar uma proposta ao problema. Para encerrar, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e conforme consta em notas taquigráficas, que fazem parte da documentação desta Comissão, determinou a lavratura da presente Ata, que será assinada pelo Presidente e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado PARANHOS  
Presidente

CENI DO ROCIO FITZ  
Secretária

122150/2013

#### COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e treze, às quatorze horas, na Sala de Reuniões do Plenário da Assembleia Legislativa, sob a presidência do Deputado Paranhos reuniu-se a Comissão de Defesa do Consumidor, mais os deputados Adelino Ribeiro, Aníbelli Neto, Péricles de Mello, Pedro Lupion e deputada Rose "Litro". A reunião foi assessorada pelo senhor Cesar Ricardo Tuponi, Assessor Jurídico da Comissão. O senhor Presidente declarou aberta a reunião. Em seguida, passou-se à deliberação da pauta. Discussão do Item 1) o Projeto de Lei nº 512/12, de autoria do Deputado Pedro Lupion, que estabelece proibição de emissão de boleto de oferta, sem solicitação prévia, para contratação de produtos e serviços, no âmbito do Estado do Paraná. O Presidente solicitou ao Deputado Péricles de Mello, relator designado, que procedesse à leitura do parecer. O relator esclareceu que, esta Comissão já se manifestou sobre a matéria a retornou para observar o despacho da Diretoria Legislativa (fls. 27), exarando então, PARECER FAVORÁVEL com EMENDA MODIFICATIVA. Colocado em votação foi APROVADO. O Deputado Adelino Ribeiro assumiu a Presidência e colocou em discussão o Item 2), Projeto de Lei nº 502/12, de autoria do Deputado Paranhos, que torna obrigatória a afixação de cartazes nas escolas, hospitais e postos de saúde das redes pública e privada, assim como em terminais de transporte coletivo, contendo, além do calendário, informações sobre vacinações infantis obrigatórias. Na continuidade, o relator Deputado Pedro Lupion esclareceu que, o projeto em questão foi objeto de deliberação desta Comissão e retornou para ser observado o disposto no § 3º, do Art. 45 do Regimento Interno desta Casa Legislativa. Colocado em votação o PARECER FAVORÁVEL foi APROVADO. O Deputado Paranhos reassumiu a presidência e determinou que, para constar e produzir os efeitos legais fosse lavrada a presente ata, sendo assinada pelo senhor Presidente e por mim, Ceni do Rocio Fitz, Secretária da Comissão.

Deputado PARANHOS  
Presidente

CENI DO ROCIO FITZ  
Secretária

122151/2013

#### Ata da 4ª Reunião da Comissão Especial para averiguar e relacionar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná (Ato do Presidente nº 19/2013)

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, às 11h00min, na Sala de Reuniões da Presidência da Assembleia Legislativa, reuniram-se os Senhores Deputados Caio Quintana, Pedro Lupion, Tadeu Veneri, Tercillo Turini e Cantora Mara Lima, membros da Comissão Especial para averiguar o número de entidades declaradas de Utilidade Pública no Estado do Paraná, com a finalidade de deliberar sobre os trabalhos da Comissão. Havendo número legal, e sob a proteção de Deus, o Deputado Caio Quintana declarou aberta a reunião da Comissão Especial. Com a palavra, o Senhor Jairo, integrante do grupo de trabalho da Comissão, apresentou um resumo da documentação recebida referente aos títulos de Utilidade Públicas: 1.396 entidades atenderam o chamamento dos Editais nº 1 e 3, sendo que dessas: 1.140 já foram pré analisadas e 401 preencheram todos os requisitos e foram recadastradas; Além disso, 96 entidades tiveram algum tipo de alteração na Lei de concessão, como sede, foro ou denominação e em 135 constatou-se a necessidade de complementação ou alteração na documentação. Por fim, resta, ainda, a análise do cumprimento dos requisitos por 888 entidades, que já apresentaram a documentação solicitada nos editais. Em seguida, usou a palavra a Dra. Solange, integrante do grupo de trabalho da Comissão, que apresentou parcialmente os trabalhos da Comissão, sendo: 47 Leis que estão sendo revogadas; 55 Leis, com Projetos alterando a denominação ou foro; Projeto de Lei revogando 209 Leis cujos CNPJs das entidades estão baixados perante a Receita Federal; 1 Projeto de Lei, referente a 11 Leis de Sindicatos, Cooperativas e Associações de Classe, cuja revogação aguarda deliberação da Comissão; 11 ofícios encaminhados para entidades solicitando regularização de documentos. As Leis referentes a associações de moradores, hospitais, entidades religiosas, associações comerciais e entidades de classe serão analisadas na próxima reunião. O Deputado Tadeu Veneri, usou a palavra para questionar sobre o quantitativo de Sindicatos e Cooperativas que solicitaram recadastramento a Comissão, sendo informado que foram recebidos o pedido de 84 Sindicatos e 18 Cooperativas. O Deputado Caio Quintana, esclareceu que o objetivo fundamental das Associações deve ser o espírito de benevolência e não objetivos particulares e sugeriu que fosse feita uma pesquisa referente às diferenças entre as Associações e as Cooperativas, o que foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente determinou o envio de expediente à Procuradoria Geral do Estado a fim de solicitar justificativa sobre as exigências de Declaração de Utilidade Pública para realização de convênios no Estado do Paraná. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião determinando a lavratura da presente ata, que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão, convocando outra reunião para o dia 10 de dezembro de 2013, às 11h00min, na Sala das Comissões, determinando a lavratura da presente ata que segue assinada por ele e pelos membros da Comissão.

Deputado Caio Quintana  
Presidente

Deputado Tadeu Veneri  
Titular

Deputado Tercillo Turini  
Titular

Deputado Pedro Lupion  
Relator

Deputada Cantora Mara Lima  
Titular

122152/2013

#### 11ª ATA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO IRREGULARIDADES DE TRIBUTOS – GRANDES DEVEDORES 17ª Legislatura – 3ª Sessão Legislativa

Aos cinco dias do mês de novembro de ano de dois mil e treze, reuniram-se na Sala da Presidência junto ao plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná os membros desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Ante os presentes, foi deliberado o relatório final desta Comissão, apresentado pelo relator, Deputado Pastor Edson Praczyk. Tendo em vista a concordância de todos os presentes, o relatório final foi aprovado pelo pleno desta comissão. Diante da aprovação dos presentes, o Presidente requer seja enviado o presente relatório à Diretoria Legislativa para que sejam tomadas todas as providências para a apreciação pelo Plenário desta Casa de Leis. Não tendo mais nada a declarar, o senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião.

Douglas Fabrício  
Presidente

Caio Quintana  
Membro Titular

Wilson Quinteiro  
Membro Titular

Pastor Edson Praczyk  
Relator

Alexandre Curi  
Membro Titular

Francisco Böhner  
Membro Titular

Tadeu Veneri  
Membro Titular

122153/2013